



**Intervenção da Secretária de Estado da Inovação e da
Modernização Administrativa, Fátima Fonseca**

**Apresentação da Estratégia para a Inovação e Modernização do
Estado e da Administração Pública**

31 de julho de 2020

Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração
Pública

Senhores Secretários de Estado, caros colegas

Minhas senhoras e meus senhores

Boa tarde a todas e a todos

A Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da
Administração Pública 2020-2023, que hoje foi publicada e que
aqui apresentamos, define o caminho que, nesta legislatura,
vamos percorrer para garantir uma Administração Pública (AP)
motivada e preparada para gerar respostas novas com rapidez.

Os desafios complexos e exigentes do mundo de hoje tornaram
por demais evidente a necessidade de concretizar um conjunto de



transformações na AP. Mudanças que representam uma verdadeira reforma estrutural, uma das reformas mais importantes do tempo que atravessamos, pelas implicações que tem nas políticas públicas e nos serviços prestados à sociedade num período particularmente exigente da nossa história.

Este caminho reflete em primeiro lugar um investimento nas pessoas, desde logo porque foi definido com elas. As mais de duas dezenas de oficinas de participação realizadas no início deste ano envolveram perto de 1000 participantes representativos de todos os atores relevantes, internos e externos à Administração Pública, permitindo definir 4 eixos transformadores, discutir prioridades e identificar 1136 propostas que destacam temas (vou referir apenas aqueles que mais diretamente dizem respeito a SEIMA e estão no top 10 dos contributos), temas tão diversos como as competências de gestão e liderança, os modelos e instrumentos de gestão, as competências emergentes, o trabalho colaborativo, as tecnologias e a integração de serviços.

No relatório das Oficinas de Participação que também hoje é divulgado, reunimos a totalidade dos contributos recolhidos, 49% dos quais vertidos nesta Estratégia e outros já traduzidos em



medidas do programa Simplex recentemente apresentado. Mas muitos mais contributos, que não estão aqui refletidos, são igualmente relevantes, pois destacam a necessidade de melhorar a implementação de medidas que já existem ou identificam necessidades cuja resolução carece de maior maturação e deverão originar medidas futuras.

As Oficinas de Participação constituíram um importante instrumento de diagnóstico e inspiração para soluções inovadoras, num formato de participação que vamos agora ampliar e juntar a novos modelos participativos, como um orçamento participativo interno à administração pública que já estamos a desenvolver. Estas foram, aliás, propostas que emergiram das Oficinas.

E também emergiram das Oficinas duas outras linhas de trabalho que representam igualmente um investimento nas pessoas.

O desenvolvimento e renovação das lideranças, que vamos continuar a estimular nomeadamente através do Centro de Desenvolvimento de Liderança do INA, com oferta formativa e



modelos de capacitação prática para alavancar as competências necessárias aos líderes do presente e do futuro.

E o trabalho colaborativo, que emergiu quase organicamente no período do confinamento e que constitui, também uma dimensão central do desenvolvimento da capacidade de gestão, com instrumentos simples e integrados, que concretizem objetivos e políticas transversais, não só de modernização mas também, por exemplo, no domínio ambiental, instrumentos que sejam desenvolvidos e avaliados com participação de trabalhadores e cidadãos, que estimulem capacidade de resposta rápida, que promovam a simplificação de processos, e também que permitam inovar na gestão. É por isso que alinhamos o programa Simplex com o ciclo de gestão, para integrar a simplificação no ADN da gestão das organizações públicas e continuaremos a promover novas edições deste programa emblemático.

Mas não basta desenvolver este tipo de instrumento de gestão integrado e adaptável, é também necessário aprofundar a capacidade e o espaço para a inovação. E se há coisa que o período que atravessamos nos demonstrou é a importância de termos



capacidade de inovar, porque o serviço público não pode estar preso a dogmas, fronteiras ou respostas antigas.

É também por isso que estamos a avaliar o sistema de incentivos à inovação na gestão pública, o SIIGeP, identificando novas formas de alavancar um sistema que, desde 2018, promoveu mais de 300 iniciativas de capacitação, experimentação e reconhecimento, que envolveram mais de 6000 participantes.

Um sistema que, nos tempos mais recentes não só produziu um plano de trabalho colaborativo com 22 projetos para apoiar as organizações públicas no período de confinamento, que envolveram 75 pessoas de 27 entidades públicas e da sociedade civil, mas também alavancou a assinatura de um compromisso com a colaboração e um novo plano de trabalho colaborativo que será apresentado em breve e que já aponta para termos 8 novos projetos com envolvimento de 55 pessoas de 38 entidades. É no quadro do SIIGeP que é promovido o mês da inovação que hoje termina, com algumas iniciativas já inspiradas nas propostas das Oficinas e que nos levaram até a criar uma marca agregadora, Inovação AP, com redes sociais próprias, para reunir todos os atores e iniciativas de inovação e transcender as fronteiras de



cada entidade ou participante, promovendo a inovação como compromisso coletivo e como prática quotidiana.

Mas este caminho de inovação e modernização, que investe nos trabalhadores e desenvolve a gestão não se faz sem tecnologia, numa sociedade cada vez mais digital.

Por isso, outro dos nossos compromissos é utilizar de forma inteligente a tecnologia ao serviço da criação de valor público. E vamos fazê-lo com visão de conjunto e consciência dos desafios, introduzindo mecanismos de governação global da tecnologia, para que a AP não ande a várias velocidades.

Vamos clarificar as dependências entre serviços, processos e tecnologia (aquilo a que os especialistas chamam “Arquitetura Empresarial”), vamos reforçar a interoperabilidade e integração de serviços, e acompanhar com empenho e responsabilidade a tendência de transição para serviços na “cloud”.

Mas iremos ainda mais longe. Vamos fortalecer a gestão do ecossistema de dados da AP, reforçando a garantia da privacidade e, ao mesmo tempo, eliminando a necessidade de o cidadão ter de entregar os mesmos dados mais do que uma vez.



E vamos também trabalhar para que os dados não pessoais possam ser disponibilizados em formatos abertos e em tempo real, alavancando novas sinergias com o setor privado, a Academia e a sociedade civil, com um novo impulso ao portal Dados.gov mas indo ainda mais longe.

Toda esta ênfase na tecnologia deve resultar para a AP em mais transparência e capacidade de suporte às decisões, mas também em maior eficiência e comodidade para os cidadãos. Permitindo, por exemplo, que a AP seja proativa na concretização automática de direitos sem que os cidadãos tenham de os solicitar explicitamente. E também disponibilizar um ponto único de acesso a serviços digitais prestados pela AP. Uma AP eficiente e eficaz não é aquela que regista muitas visitas aos seus balcões, muitas chamadas telefónicas, ou muitos acessos aos seus portais, mas aquela que minimiza a necessidade de tudo isso para o cidadão. Deve ser este o significado da transformação digital na AP.

Por isso mesmo, a estratégia inclui necessariamente a voz do cidadão e a sua participação na definição dos níveis de resposta de uma AP que, em qualquer nível de governação, existe para



servir o país e as pessoas. É fundamental reforçar o compromisso do Estado e da AP com a participação, para, sistematicamente, incorporar a análise das suas necessidades e conseguir responder melhor.

Para isso, estamos a concluir a renovação do OPP, com vista a garantir a participação das pessoas na tomada de decisões relevantes para a sua comunidade e para o país, integrando-o num ecossistema participativo amplo. E também tornando-o num instrumento que permita promover a democratização territorial da participação ao garantir o acesso de todas as pessoas ao processo e reforçar a capacidade de concretização dos projetos escolhidos pelos cidadãos.

E vamos ainda reforçar a capacidade de responder a necessidades diferenciadas dos territórios e das pessoas. Numa parceria entre várias áreas governativas e com o apoio do novo centro de competências em atendimento, que promoverá a visão integrada e a melhoria da qualidade deste serviço, independentemente do canal onde seja prestado, trabalharemos a integração e a inclusão como valores fundamentais numa sociedade justa para criar modelos de atendimento, digitais e presenciais, que cheguem a



todas as pessoas. Teremos ainda mais Lojas e Espaços Cidadão em parceria com as autarquias locais, postos moveis de atendimento e serviços de atendimento com capacidade de atender pessoas com necessidades específicas, como a população mais sénior.

Estas são apenas algumas das medidas com as quais nos comprometemos e que já estamos a executar. Medidas conscientes do tempo que vivemos, enquadradas numa estratégia com visão global e que nos permitem concretizar mudanças sustentáveis com a participação ativa de todas e de todos para robustecer o futuro do país.

Muito obrigada.